

QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF FLORESTA EM UBAÍRA BA

QUALITY OF LIFE OF PRONAF FOREST BENEFICIARIES IN UBAÍRA BA

Nei Fábio do Nascimento Andrade¹

Aline Fonseca Gomes²

Sérgio Roberto Lemos de Carvalho³

As políticas públicas são ferramentas de intervenção, principalmente do Estado, para trazer equidade social, econômica ou ambiental, ou para sanar desigualdades históricas, a exemplo daquelas voltadas para a agricultura familiar no Brasil. Dentre elas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem como sua principal diretriz a melhora na qualidade de vida das famílias beneficiadas. O presente artigo teve como objetivo avaliar a eficácia de uma política pública percebendo se houve melhora do índice de qualidade de vida, e também traçar o perfil socioeconômico dos agricultores. A pesquisa foi realizada com 34 produtores rurais do município de Ubaíra BA, beneficiários de um subprograma do PRONAF, o Floresta, destinado para o plantio da lavoura de eucalipto em suas propriedades no ano de 2007. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa, com aplicação de questionários com os agricultores e entrevistas com as entidades envolvidas na aplicação da política pública. Com os dados coletados através do questionário, além de se ter o perfil socioeconômico dos agricultores, foi possível criar um Índice de Qualidade de Vida – IQV baseado no utilizado por Fernandes (1999), buscando perceber a variação desse índice antes do financiamento e agora, cerca de 11 anos depois, com o fechamento da cadeia produtiva da lavoura financiada. Através da análise dos resultados encontrados, percebe-se que a melhora da qualidade de vida foi pequena e que, segundo os agricultores, o PRONAF Floresta não foi o responsável por essa mudança.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Qualidade de Vida. PRONAF.

Public policies are intervention tools adopted mainly by the State in order to improve social, economic or environmental equity. By doing so the State intends to repair historical inequalities, such as the ones related to family farming in Brazil. One of these public policies is the PRONAF – National Program for the Empowerment of Family Farming, whose main guideline is improving the life quality of its beneficiaries. The aim of this study was to describe the social and economic profile of the farmers and to evaluate the efficacy of this public policy by assessing life quality changes. The research was carried out with 34 farmers from Ubaíra-BA enrolled in a PRONAF's subprogram called Floresta to grow eucalyptus in their properties in 2007. This is a descriptive research within a qualitative and quantitative approach. Data were collected by means of questionnaires applied to the farmers, and through interviews with members of entities involved with the project. A Life Quality Index to measure the variation of life quality before and after the financing was developed in accordance with Fernandes (1999). After analyzing the results, it was noticed that life quality of farmers showed a slight improvement which was not attributed by them to PRONAF Floresta.

Keywords: Public Policies. Quality of Life. PRONAF.

Recebido: 29/03/2019

Aceito: 18/06/2019

¹Mestrando pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza – FAMAM, Governador Mangabeira – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7388268812477395>; neifabio10@yahoo.com.br

²Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, Salvador – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1317795059868209>; alinefonsecagomes@hotmail.com

³Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA; C Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1222834152582841>; sergiorobertolc@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é, em sua essência, aquela em que o cultivo da terra é feito por uma família. Nessa atividade está centralizada cerca de 70% da produção de alimentos do Brasil, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015). Trata-se de um segmento da economia de suma importância para o desenvolvimento de uma determinada região. Porém, para que isso ocorra de forma sustentável é necessário o envolvimento de diversos atores, e que seja calcado no tripé de viabilidade financeira, redução dos impactos ambientais e inclusão social.

Nesse contexto, pode-se apontar como atores a sociedade civil organizada, as empresas e suas instituições representativas, as empresas de assistência técnica e/ou capacitação, os agricultores e o Estado, dentre outros. Todos eles têm um papel relevante no desenvolvimento local, mas acredita-se que o Estado é um dos mais importantes, devido a seu poder de criar políticas que fomentem a melhoria da dinâmica econômico-social. Na agricultura familiar, essas políticas podem auxiliar na manutenção do homem no campo, bem como valorizar a atividade produtiva que, historicamente, percebe-se, não obteve muitos benefícios governamentais, quando comparado ao montante destinado à agricultura empresarial.

Durante muito tempo, principalmente entre as décadas de 1930 e 1970, as políticas públicas eram voltadas, em sua maioria, para os centros urbanos e as destinadas à zona rural atendiam aos grandes agricultores. Assim, foi possível notar que os pequenos produtores, sem perspectivas de crescimento em seu habitat natural, migravam para grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, inchando as cidades, o que acarretava o abandono de suas pequenas propriedades. Aumentava-se, assim, o desemprego urbano, e reduzia-se a capacidade produtiva do setor primário da economia (MOREIRA, 1999).

Visando mudar essa dinâmica e criar mecanismos de manutenção do pequeno agricultor em suas propriedades, no ano de 1996, foi criado o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – através do Decreto 1.946. O objetivo institucional dessa política pública é apoiar o agricultor familiar para que possa melhorar sua qualidade de vida e impulsionar o desenvolvimento rural, com geração de renda, criação de ocupações produtivas, fixação do homem no campo e articulação do espaço rural e urbano (MDA, 2018).

O PRONAF, com o passar dos anos, foi se aperfeiçoando e subdividindo em linhas de crédito, adaptando-se a segmentos ou áreas de interesse governamental, a exemplo do PRONAF Custeio, PRONAF Investimento, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Semiárido, PRONAF Floresta, dentre outros.

Diante desse contexto, o presente artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada junto aos beneficiários do PRONAF Floresta no município de Ubaíra – BA, com o intuito de analisar a eficácia de uma política pública voltada para o agricultor familiar, e que tem como diretriz principal a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Para mensurar essa melhora foi criado um índice de qualidade de vida.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 34 agricultores familiares beneficiados com o PRONAF Floresta em Ubaíra-BA, no ano de 2007, conforme divulgado pelo Jornal A Tarde (Figura 1). O município foi um dos pioneiros no estado a utilizar os recursos do PRONAF para a silvicultura, tendo em vista que esse subprograma foi criado no ano de 2006, através da Lei 11.326. Foi realizada uma ação conjunta da CEPLAC, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Banco do Brasil e Secretaria de Agricultura do município, com o direcionamento para a inserção da lavoura de eucalipto em suas propriedades.

O município de Ubaíra está localizado na região do Vale do Jiquiriçá. Segundo dados do IBGE (2016), tem uma população estimada de 20.793 habitantes com uma área territorial de 659.138 km². A economia do município é baseada na agropecuária, tendo destaque na pecuária o rebanho de bovinos (17.352 cabeças) e galináceos (72.986 cabeças), ambos conforme dados do censo pecuário de 2015 do IBGE. Referindo-se a agricultura, temos as lavouras de banana, cacau e mandioca como as principais atividades desenvolvidas (IBGE, 2016)

Figura 1. Beneficiários do PRONAF Floreste em Ubaíra 2007.



Fonte: Governo da Bahia (2007)

Na fase de coleta de dados, foi solicitado a esses agricultores preencherem um formulário adaptado de Moroni (2006). Após a coleta, esses dados foram analisados e tabulados, de forma a possibilitar a análise socioeconômica dos agricultores e a evolução da qualidade de vida.

Em relação à análise de qualidade de vida, foi utilizado o Índice de Qualidade de Vida desenvolvido por Fernandes (1999), com alguns ajustes na sua fórmula, contemplando os indicadores de saúde, educação, condições sanitárias, de moradia e acesso a bens duráveis, comparando a situação antes do financiamento de eucalipto, em 2007, e em 2018. Os indicadores Recreação e Segurança foram excluídos da pesquisa, pelo perfil da população estudada. O ciclo da lavoura de eucalipto varia de 06 a 13 anos, dependendo da finalidade (HIGA; MORA; HIGA, 2000).

Seguindo a metodologia utilizada por Fernandes (1999), após a escolha dos indicadores foram estipulados escores e pesos às variáveis que integram cada indicador, sendo formados postos organizados em ordem crescente de valores, saindo do indicador de pior desempenho para o de melhor desempenho. Esses postos foram representados por escores (de 1 a 5) e os pesos foram distribuídos de forma equitativa dentro dos indicadores pesquisados.

Esse método transforma as variáveis qualitativas em quantitativas, chegando ao índice de significância das variáveis sociais. O IQV encontrado foi o coeficiente entre o somatório dos escores multiplicados pelos pesos e divididos pelo somatório do escore máximo, vezes o peso maior (FERNANDES, 1999).

Tomando-se como base o índice utilizado por Fernandes (1999), segue representação do Índice de Qualidade de Vida:

$$IQV = \frac{\sum_{j=1}^J [C_j]}{J}$$

$$C_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{maxi} \cdot P_{maxi}} \right]$$

onde,

IQV = Índice de Qualidade de Vida dos beneficiários do PRONAF Florestal, definido para cada período, antes de 2007 e atualmente.

C_i = Contribuição do indicador (i) para o IQV dos beneficiários

E_{ij} = Escore do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado

P_{ij} = Peso do i-ésimo indicador, obtido pelo j-ésimo produtor entrevistado

i = 1, 2, ... m indicadores

j = 1, 2, ... n produtores entrevistados

m = número de variáveis de cada indicador

P_{maxi} = peso máximo do i-ésimo indicador

E_{maxi} = escore máximo do i-ésimo indicador

z = número de indicadores

n = número de produtores entrevistados

O Índice de Qualidade de Vida encontrado foi avaliado conforme abaixo:

- | | | |
|---|-------|---------------------------------------|
| 0 | -- 1 | Índice péssimo de qualidade de vida |
| 1 | -- 2 | Índice ruim de qualidade de vida |
| 2 | -- 3 | Índice regular de qualidade de vida |
| 3 | -- 4 | Índice bom de qualidade de vida |
| 4 | -- 5 | Índice excelente de qualidade de vida |

E como foram mensurados dois períodos, o primeiro em 2007 (antes da implantação da lavoura de eucalipto), e o segundo em 2018, foi observada a variação do IQV (Δ), podendo ter havido redução, manutenção ou ganho de qualidade de vida.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bucci (2002 *apud* MIRANDA; GOMES, 2016, p.399) conceitua políticas públicas como “um conjunto de programas e ações governamentais visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

O Brasil, por sua vasta extensão territorial, apresenta várias regiões e identidades regionais, algumas com características industriais, outras comerciais, e outras agrícolas. Durante muito tempo, o Estado privilegiou as regiões industriais e comerciais, principalmente na Região Sul e Sudeste do país, fortalecendo sua economia e traçando políticas públicas direcionadas, atraindo empresas, gerando empregos urbanos, que favoreceram a concentração de renda nas mãos de poucos, aumentando as disparidades regionais.

Com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, os postos de trabalho gerados pela indústria foram diminuindo e surgiu a necessidade de estratégias para encontrar novas formas de geração de emprego e renda, e isso aliado à diminuição das desigualdades econômicas regionais, sejam as existentes entre as cinco regiões geográficas do Brasil, seja dentro das próprias regiões.

Nesse contexto, a partir da década de 1990, o Estado começou a atuar no setor agrícola do país de forma diferente a como atuava entre as décadas de 1930 a 1980, quando os grandes agropecuaristas eram privilegiados, em grande parte devido ao perfil de nossa agricultura, que tinha o café, o açúcar e o cacau como principais produtos de exportação.

De acordo com Secchi (2016), a implantação de uma política se inicia na identificação do problema, depois temos a formação da agenda, a formulação de alternativas, a tomada de decisão, a

implementação, a avaliação e a extinção. Segundo ele, uma política pode ser extinta se o problema que a originou é tido como resolvido, ou se as ações são percebidas como ineficazes, ou se o problema, embora não resolvido, perdeu importância para as agendas políticas e formais.

Nesse contexto, apresenta-se como foi a evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma política voltada para os pequenos agricultores, visando fortalecer as famílias assistidas, para gerar renda e diminuir as diferenças sociais.

AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

A agricultura familiar, como diz Moreira (1999, p.193), “é o campo da interação social, da busca de identidade, do exercício da intersubjetividade, da luta social e política. É o campo da incerteza e da imprevisibilidade. É também o campo da possibilidade da emergência do novo”.

Em Brasil (2015, *apud* MIRANDA; GOMES, 2016), fica claro que a agricultura familiar é aquela praticada por agricultores que utilizam mão-de-obra familiar, podendo ter até dois empregados permanentes, de posse de áreas de até quatro módulos fiscais, residentes na propriedade ou em povoado próximo, sendo que, no mínimo, 80% de sua renda bruta familiar anual seja proveniente da atividade agrícola. Spanevello, Matte e Boscardin (2016) trazem também esse conceito e reforçam que a agricultura familiar corresponde a 84,4% das propriedades rurais brasileiras (378.546 propriedades, aproximadamente), com tamanho médio de área de 19 hectares.

Mesmo com essa representatividade, a agricultura familiar não foi objeto de políticas que a beneficiassem. Marioni *et al.* (2016) esclarecem que a agricultura familiar esteve pouco presente no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo do tempo e que, inclusive, os incentivos governamentais eram concentrados para as grandes propriedades rurais, no intuito de aumentar os saldos da balança comercial, já que o foco era o mercado externo.

Neste sentido, segundo Miranda e Gomes (2016), surgem na década de 1990 políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar que atuam nos aspectos social, cultural, econômico, político e ambiental, de modo a rediscutir e redimensionar o modelo de desenvolvimento rural até então existente. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Governo Federal com o intuito de garantir e desenvolver a agricultura familiar.

O PRONAF, criado e reformulado no contexto de democratização, incluiu em sua essência o acesso dos mais pobres ao crédito bancário subsidiado pelo Governo Federal, para utilização em suas propriedades rurais. De acordo com Silva e Bernardes (2014), a legislação que o criou está em conformidade com os avanços do conceito de desenvolvimento econômico sustentável, cuja ênfase recai na participação da população interessada e no estímulo à formação de capital social. Nessa vertente, eles indicam a existência obrigatória dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural como elemento necessário para o acompanhamento dessa política.

Na visão de Gazola e Schneider (2013, p.46), “o PRONAF emerge na década de 1990 como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais”. Eles citam alguns exemplos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, os mesmos autores consideram que o PRONAF está ocasionando vulnerabilidade social no momento em que não incentiva a alteração das atividades econômicas historicamente instituídas dos agricultores.

De acordo com Guanziroli (2007, *apud* MARIONI *et. al.* 2016, p.223), “o PRONAF surge em um contexto em que os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares eram relativos ao custo e à escassez de crédito”. Assim, surgiu um crédito barato direcionado ao pequeno proprietário de terras que, até então, usava os poucos recursos que sobravam da venda de seus produtos para reinvestir na lavoura. Com o crédito disponível para custeio ou investimento, eles foram melhorando suas

atividades e contribuindo para o desenvolvimento regional.

“O Programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro”, afirmam Gazolla e Schneider (2013, p.63). Houve uma melhora nas condições de produção, o que permitiu a permanência dos agricultores no campo, uma maior oferta de alimentos, beneficiando as famílias e o comércio das cidades, alguns produtos tiveram ganho de produtividade e qualidade, o que resultou no aumento das receitas e na geração de mais empregos no campo.

QUALIDADE DE VIDA

De acordo com Figueira Junior e Ferreira (2006), a qualidade de vida é uma busca crescente em vários países do mundo, em especial na melhoria da condição de vida de populações. Os autores explicam ainda que existe relação entre a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, trazendo à discussão indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade, dentre outros.

Os conceitos de qualidade de vida são diversos. Segundo Argyle (1986), qualidade de vida seria a percepção individual das condições de saúde e de outros fatores da vida pessoal. Para Minayo *et al.* (2000), trata-se do bem-estar pessoal, da posse de bens materiais e participação em decisões coletivas. De acordo com Gross (2004), qualidade de vida foi definida como o grau de satisfação e realização alcançado por um indivíduo em seu processo de vida. No mesmo ano, Nahas (2004) acrescentou que a qualidade de vida reflete um conjunto de aspectos individuais, socioculturais e ambientais que explicam as condições que o indivíduo vive. Em seu estudo, Gonçalves e Viltarta (2004) concebem que a qualidade de vida está relacionada à forma que as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo a saúde, educação, transporte, moradia e trabalho (FIGUEIRA JUNIOR; FERREIRA, 2006).

Dados recentes apontam que a qualidade de vida tem, em sua interação, fatores da ordem pessoal, em especial os relacionados ao trabalho, família, lazer, amigos, nível de saúde, moradia, e fatores de ordem coletiva (ambiental) como as condições dos serviços de saúde, educação, transporte coletivo ou vias de acesso, saneamento básico, dentre outros. A associação dos aspectos individuais e coletivos caracteriza o estilo de vida do indivíduo ou de uma população, refletindo em maior ou menor grau de saúde e qualidade de vida (FIGUEIRA JUNIOR; FERREIRA, 2006).

Historicamente, o termo qualidade de vida tornou-se popular quando os políticos norte-americanos o usaram no discurso e nas práticas políticas. De acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012), um dos primeiros a abordar o tema foi o então presidente Lyndon Johnson em 1964, falando do compromisso da sociedade em assegurar estruturas sociais mínimas às pessoas, de forma a lhes permitir perseguir a felicidade.

Em estudos no Brasil, de acordo com Magalhaes *et al.* (2013), as vulnerabilidades sociais estão presentes no cotidiano das famílias, e a sua superação faz com que a qualidade de vida melhore. Por isso, são necessários programas de proteção social, a exemplo do Programa Bolsa Família, ressaltando o papel do Estado para redução da pobreza. Para eles, a pobreza é uma doença resultante de carências diversas (saúde, educação, saneamento e habitação, dentre outras), que estão interligadas e trazem limitações de liberdade, de oportunidades e de sonhos.

Assim, iremos analisar a qualidade de vida através de um índice e sua variação ao longo de uma década (2007 à 2018). Para Fernandes (1999), esse índice varia com o tempo e com o meio em que a população vive, associado ao seu padrão cultural e à classe social e econômica na qual o indivíduo se enquadra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes do estudo foram, como já citado anteriormente, 34 agricultores familiares que aderiram ao PRONAF Floresta no ano de 2007. Será feito um breve relato do perfil socioeconômico, das propriedades dos agricultores e sobre o PRONAF, e iremos focar nos resultados do IQV dos beneficiários, objetivo principal deste artigo.

A Tabela 1 mostra que a grande maioria dos produtores (85,29%) são do sexo masculino, retratando o perfil do homem como chefe de família, principalmente no meio rural. Outro fator observado que merece atenção é a idade dos beneficiários que, em 90% dos casos, supera os 60 anos, o que nos faz pensar sobre a continuidade da atividade rural.

Com relação à escolaridade, os dados trazem uma realidade de analfabetismo forte (17,65%), e também um alto número de pessoas que apenas sabem ler e escrever (50,00%). Analisando a faixa etária, esse índice se concentra nas pessoas com mais de 60 anos de idade, o que pode ser explicado pelo viés histórico de educação no campo no Brasil, onde o incentivo aos estudos começou a ocorrer de forma mais intensa a partir da década de 1990. Um fator positivo é que encontramos um produtor com curso técnico e um com nível superior. Na região existe um campus do Instituto Federal Baiano, com cursos na área de Agropecuária, Biologia e Zootecnia.

Tabela 1. Perfil socioeconômico dos produtores.

Discriminação	Produtores	%
1. Sexo	34	100,00
Masculino	29	85,29
Feminino	5	14,71
2. Idade (em anos)	34	100,00
30 - 40	2	5,88
41 - 50	1	2,94
51 - 60	8	23,53
61 - 70	12	35,29
Acima de 71	11	32,35
3. Escolaridade	34	100,00
Analfabeto	6	17,65
Sabe ler e escrever	17	50,00
Fundamental incompleto	6	17,65
Fundamental completo	1	2,94
Ensino Médio	2	5,88
Curso Técnico	1	2,94
Ensino Superior	1	2,94

Fonte: Trabalho de campo

No que se refere ao perfil das propriedades (Tabela 2), há predominância de imóveis com até 10 hectares, o que ratifica o perfil do pequeno agricultor brasileiro encontrado também por Spanevello, Matte e Boscardin (2016). Mais de 80% dos beneficiários são proprietários do imóvel, e os demais trabalham em unidade familiar.

Tabela 2. Perfil das propriedades dos produtores.

Discriminação	Produtores	%
Área (hactares)	34	100,00
01 à 10	19	55,88
11 à 20	10	29,41
21 à 30	3	8,82
Acima de 30	2	5,88
Condição da Propriedade	34	100,00
Própria	30	88,24
Familiar	4	11,76
Tração Utilizada	34	100,00
Mecânica	2	5,88
Manual	32	94,12
Equipamentos		%
Nenhum	14	41,18
Roçadeira	11	32,35
Motosserra	7	20,59
Pulverizador	4	11,76
Outros	1	2,94
Benfeitorias		%
Casa	29	85,29
Estufa	19	55,88
Cerca	16	47,06
Açude/Barragem	4	11,76
Outros	3	8,82
Curral	3	8,82

Fonte: Trabalho de campo

Observação: para os itens Equipamentos e Benfeitorias era permitido mais de uma resposta, possibilitando ter um percentual superior a 100%.

Essas informações são importantes, pois há um vínculo de pertencimento com o imóvel, o que, a priori, faz com que o produtor tenha o desejo de fazer melhorias na lavoura e na propriedade como um todo, de modo a aumentar a produção e trazer maior conforto.

Ao analisar o tipo de tração utilizada (94,12% manual) e os tipos de benfeitorias e equipamentos existentes, percebe-se o baixo nível de utilização de tecnologias. Um aparato tecnológico poderia melhorar a produtividade das famílias e trazer melhores condições de trabalho. Ressalta-se, ainda, que cerca de 40% não utiliza qualquer tipo de equipamento.

Na Tabela 3 temos um detalhamento sobre os principais pontos abordados no questionário sobre o financiamento. Um item que merece destaque é que 100% dos agricultores relataram não ter dificuldades de contratação do PRONAF, o que demonstra um envolvimento de todos os participantes na implantação da política pública. No entanto, cerca de 20% dos produtores disseram não ter conhecimento à época da contratação das obrigações contratuais, como prazo e juros. Para alguns deles, o nível de escolaridade pode ter influenciado, já que não sabiam ler, e apenas a leitura do contrato feito pela instituição financeira não levou ao total entendimento.

Um fator preocupante é que apenas 55% dos financiamentos foram quitados, e 64,71% dos agricultores alegaram ter dificuldades de pagamento. Para eles, o principal motivo é o custo que o comprador alega em ter para fazer a derrubada da madeira, fazendo com isso a oferta de um preço muito baixo pelo produto gerando prejuízo para o agricultor. As lavouras foram implantadas em diversas localidades do município de Ubaíra, sem um planejamento geográfico, muitas delas distantes mais de 30km da sede e da principal rodovia de acesso, o que ratifica essa realidade.

Tabela 3. Perfil do financiamento do PRONAF.

Discriminação	Produtores	%
Obrigações do PRONAF Floresta	34	100,00
Conheciam	27	79,41
Não conheciam	7	20,59
Quitação do Financiamento	34	100,00
Sim	19	55,88
Não	15	44,12
Dificuldade de Pagamento	34	100,00
Sim	22	64,71
Não	12	35,29
Dificuldade de Contratação	34	100,00
Não	34	100,00
PRONAF Floresta x Renda	34	100,00
Ficou na mesma	21	61,76
Aumentou	9	26,47
Diminuiu	4	11,76
PRONAF Floresta x Implantação	34	100,00
Sim	29	85,29
Não	5	14,71

Fonte: Trabalho de campo

Ressalta-se que 29 agricultores alegam que implantaram a lavoura de eucalipto em suas propriedades devido ao PRONAF, sem ter nenhum conhecimento anterior sobre esse cultivo. Essa realidade reforça a crítica de Resende e Mafra (2016), quando dizem que a política é aumentar o número de contratos, sem se preocupar com o desenvolvimento e a aptidão cultural das localidades, familiarizadas com as lavouras de cacau, banana e mandioca. Como reflexo, cerca de 60% dos agricultores não tiveram incremento de renda, e aqueles que tiveram foi devido a trabalhar com o beneficiamento de madeira, com a fabricação de peças para a construção civil, agregando valor a madeira, não ficando refém dos compradores de eucalipto.

Após conhecer o perfil dos produtores, realizou-se o cálculo do seu IQV, buscando entender sua realidade em 2007, antes de tomar o financiamento do PRONAF Floresta e em 2018, com o fechamento da cadeia produtiva do eucalipto, percebendo todo o ciclo da política pública. No Quadro 1, temos os cinco indicadores estudados, e no Quadro 2 apresentamos a variação e o percentual de participação na evolução final do IQV.

Quadro 1. Indicadores do IQV e suas avaliações

NR.	SAÚDE		EDUCAÇÃO		MORADIA		SANITÁRIAS		BENS		IQV	
	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018	2007	2018
1	3,15	3,15	2,80	2,25	3,50	3,75	2,00	3,13	3,55	4,35	3,00	3,33
2	3,15	3,15	2,80	2,80	4,00	4,00	2,63	2,63	5,00	5,00	3,52	3,52
3	3,90	5,00	2,05	2,05	4,25	4,25	2,63	2,63	5,00	5,00	3,57	3,79
4	3,15	3,15	2,80	2,80	2,75	4,25	3,00	3,25	2,90	5,00	2,92	3,69
5	3,90	3,90	2,80	4,45	4,50	4,50	1,75	2,00	4,35	5,00	3,46	3,97
6	3,15	4,25	2,05	2,05	2,25	4,00	1,78	2,63	2,90	4,35	2,43	3,46
7	3,15	3,90	2,05	1,50	2,75	3,75	1,35	1,98	2,10	3,55	2,28	2,94
8	3,15	3,15	1,50	1,50	3,25	3,75	1,55	1,55	4,20	5,00	2,73	2,99
9	3,90	3,90	2,80	2,80	3,00	4,25	1,15	1,80	3,70	5,00	2,91	3,55
10	2,40	2,40	2,05	3,15	4,00	4,00	2,38	2,38	4,35	5,00	3,04	3,39
11	3,90	3,90	4,45	4,45	4,25	4,50	1,15	2,88	3,55	5,00	3,46	4,15
12	3,15	3,15	2,25	2,25	4,25	4,50	3,13	3,13	5,00	5,00	3,56	3,61
13	3,15	4,25	3,70	3,70	4,00	4,25	2,50	2,50	4,35	4,35	3,54	3,81
14	3,90	3,90	2,25	2,25	4,00	4,50	0,25	4,50	2,90	5,00	2,66	4,03
15	3,15	3,15	2,80	2,25	3,25	4,00	3,25	3,25	5,00	5,00	3,49	3,53
16	3,90	4,25	2,80	2,80	3,75	4,50	3,05	3,05	3,70	5,00	3,44	3,92
17	3,90	3,90	2,80	2,80	4,00	4,00	2,60	2,60	2,10	5,00	3,08	3,66
18	3,90	3,90	2,80	2,80	2,25	3,25	0,75	2,38	4,35	4,35	2,81	3,34
19	3,90	3,90	2,80	2,80	3,50	3,75	2,38	2,38	5,00	5,00	3,52	3,57
20	2,60	3,35	2,05	2,80	3,50	4,25	2,40	3,75	3,55	4,20	2,82	3,67
21	3,15	3,35	2,05	2,80	3,25	4,25	1,40	2,93	2,25	4,35	2,42	3,54
22	3,90	5,00	2,05	2,80	4,25	4,25	3,75	3,75	4,35	5,00	3,66	4,16
23	3,90	2,60	1,50	2,80	2,75	3,75	1,55	3,25	2,90	5,00	2,52	3,48
24	3,15	3,15	1,50	5,00	3,75	4,25	3,25	3,25	5,00	5,00	3,33	4,13
25	2,60	3,35	2,05	2,80	4,00	4,00	1,30	1,75	3,55	3,55	2,70	3,09
26	3,35	2,40	2,05	2,80	3,50	4,25	3,25	3,25	5,00	5,00	3,43	3,54
27	3,90	3,90	3,15	3,90	4,00	4,50	3,13	3,13	4,35	5,00	3,71	4,09
28	2,60	5,00	3,90	3,90	4,00	4,50	2,15	2,15	4,35	5,00	3,40	4,11
29	2,60	3,35	2,05	2,80	3,25	4,25	1,53	2,63	2,25	4,35	2,34	3,48
30	4,25	4,25	2,05	2,05	4,00	4,50	2,43	2,63	2,90	5,00	3,13	3,69
31	3,15	3,15	1,50	1,50	3,00	4,00	1,15	2,63	2,10	3,55	2,18	2,97
32	3,90	3,90	2,05	2,80	3,50	4,25	1,13	2,63	2,75	5,00	2,67	3,72
33	3,15	4,25	1,50	1,50	4,00	4,00	1,98	5,00	3,55	4,35	2,84	3,82
34	3,15	3,90	2,05	2,80	3,00	4,00	3,25	3,25	2,25	3,55	2,74	3,50
TOT	3,54	3,83	2,55	2,93	3,57	4,14	2,14	2,84	3,68	4,67	3,10	3,68

Fonte: Trabalho de campo

Quadro 2. Variação dos indicadores e % de participação no IQV.

SAÚDE	%	EDUCAÇÃO	%	MORADIA	%	SANITÁRIA	%	BENS	%	IQV	%
0,29	9,92	0,37	12,64	0,57	19,70	0,70	23,99	0,99	33,75	0,59	100,00

Fonte: Trabalho de campo

Para o indicador saúde, foram analisados os tipos de serviços utilizados pelo beneficiário (1. Atendimento por agente de saúde; 2. Posto de saúde com serviços básicos; 3. Hospital da rede pública; 4. Plano de saúde; 5. Atendimento particular), e o grau de satisfação quanto ao serviço.

Houve uma pequena variação de 2007 para 2018, com índice no intervalo de 3 - 4, ou seja, classificado como bom. Há predominância no atendimento por agentes de saúde e em hospital da rede pública, o que pode ser compreendido pelo baixo nível de renda dos agricultores e também pelo avanço do Programa de Agentes de Saúde, criado em 1991 pelo Ministério da Saúde, no qual membros da comunidade são capacitados para atuarem na sua própria região como interlocutores do governo.

O segundo indicador analisado foi educação. Estudaram-se duas variáveis, condição de estudo e grau de satisfação, tendo cada variável 50% de peso na nota do indicador.

Salienta-se que o indicador citado não está relacionado, a exemplo do indicador saúde, com as ações do crédito recebido, mas é um indicador fundamental para mensuração da qualidade de vida, dando possibilidades aos agricultores de obter conhecimentos que podem ser utilizados nas suas lavouras, nas ações de saúde, nas relações comerciais, dentre outras.

Trata-se do único indicador analisado que não apresentou insatisfação nos dois períodos da pesquisa, e com uma melhora significativa no índice de satisfação em 2018, com 73,53% dos agricultores satisfeitos com as condições de estudo de suas famílias.

Percebe-se o aumento de pessoas frequentando faculdades públicas e particulares, e também com familiares em escola agrícola. Esses dados demonstram uma qualificação do homem do campo, podendo aplicar seus conhecimentos nas suas propriedades, ou buscando novas perspectivas de trabalho, de forma a gerar maior renda.

Na composição do IQV, o indicador educação teve sua contribuição individual de 2,55 em 2007 e 2,94 em 2018, apresentando uma pequena variação, mas com sinais de melhora na qualidade de vida, principalmente pelo alcance de níveis mais altos de escolaridade.

No indicador condições de moradia foram estudados: o tipo de construção do domicílio (1. taipa; 2. tijolo; 3. tijolo e reboco; 4. tijolo, reboco e piso; e 5. tijolo, reboco, piso e forro); a quantidade de cômodos (1. até 02; 2. de 03 a 04; 3. de 05 a 06; e 4. acima de 7); a quantidade de dormitórios (1. nenhum; 2. de 01 a 03; 3. de 04 a 05; e 4. acima de 06); o tipo de energia (1. lampião a querosene; 2. lampião a gás; 3. eletricidade com gerador/bateria; e 4. energia elétrica); e o grau de satisfação com as condições de moradia (idem educação).

Houve, nas condições de moradia, uma mudança de patamar no período. Em 2007 ele foi qualificado como índice regular de qualidade de vida (3,57) e em 2018 ele está com 4,14, enquadrado como bom na tabela de parâmetros utilizada. Houve uma melhora principalmente no subitem tipo de construção. No primeiro período tinha cinco agricultores morando em casa de tijolo, um em casa de taipa e oito com tijolo e reboco. Atualmente, 80% moram em casa de tijolo, reboco e piso, e 17% possuem habitação de tijolo, com reboco, piso e forro.

No que se refere à quantidade de cômodos e dormitórios, não houve variação significativa nos períodos analisados. Atualmente, 100% dos beneficiários possuem energia elétrica em suas residências, contrapondo o percentual de cerca de 70% em 2007. Como consequência das melhorias, o índice de satisfação também teve peso importante na nota final do indicador. Hoje, cerca de 80% estão satisfeitos com as condições de moradia, frente a 50% em 2007. Assim, até mesmo pela faixa etária dos produtores, com menor quantidade de pessoas morando na residência, eles estão melhorando as condições de suas casas, com reformas sem ampliações, buscando mais conforto.

O quarto indicador analisado foram as condições sanitárias. Esse foi o indicador com maior variação entre os períodos analisados, e com menor nota final, impactando de forma negativa o IQV. Foram levantados: o tipo de água para beber e para consumo (0. sem tratamento; 1. tratamento com filtro e assemelhados; e 2. água da Embasa); a destinação do lixo (0. jogado nas ruas; 1. enterrado ou queimado; 2. recolhido em parte pela prefeitura; e 3. recolhido totalmente); os tipos de instalações sanitárias (0. não possui água encanada, cisterna, privada ou fossa; 1. possui água encanada; 2. possui banheiro, sem fossa; 3. possui fossa e privada; 4. possui fossa, banheiro e privada; e 5. possui fossa,

água encanada, banheiro e privada); e o grau de satisfação (1. insatisfeito; 2. média satisfação; e 3. satisfeito).

Houve uma melhora no uso de água para beber, saindo de 11 agricultores que usavam água sem tratamento em 2007, chegando a 05 em 2018. Atualmente, cerca de 76% fazem algum tratamento de água para o consumo, fruto do trabalho de conscientização das pessoas mais jovens que frequentam escolas e também do papel do agente comunitário de saúde, influenciando nos hábitos familiares. Com relação à água para uso doméstico, 60% dos agricultores utilizam a água sem tratamento, percentual semelhante ao do primeiro período.

O lixo produzido pelas famílias é na sua maioria enterrado ou queimado parcialmente (64,70%), mesmo índice de 2007. No ano de 2018 tivemos a presença de 06 agricultores com lixo totalmente recolhido pela prefeitura, mas isso se deve à sua mudança da propriedade rural para povoados distritais, onde há uma presença maior de serviços públicos.

Dentro desse indicador, os dois itens que mais tiveram evolução foram as instalações sanitárias e o grau de satisfação, sendo esse último o resultado e/ou sentimento de melhora dos demais. Em 2007, menos da metade dos agricultores (44,11%) tinham as instalações completas. No ano de 2018, esse percentual aumentou para 79,41%. No primeiro período também tínhamos 03 agricultores sem acesso a qualquer tipo de saneamento, e 08 apenas com banheiro sem fossa. Já em 2018, a pior situação encontrada foi 01 agricultor apenas com banheiro sem fossa.

Esses dados demonstram uma pequena melhora nas habitações, o que pode reduzir uma série de doenças relacionadas à falta de higiene/saneamento, sem falar também de contribuir com o meio ambiente, com a diminuição do nível de lixo e de esgoto a céu aberto. O grau de satisfação nesse indicador aumentou de 44% para cerca de 80% em 2018.

O último indicador pesquisado foi acesso a bens duráveis, que foi apresentado ao agricultor em três grupos de bens (I. bicicleta, rádio, ferro de passar, fogão a gás e máquina de costura; II. televisão, som, geladeira, liquidificador e moto; e III. carro de passeio, caminhão, máquina de lavar roupa, DVD e TV por assinatura). Perguntou-se aos agricultores a quantidade de bens existentes em seu domicílio nos dois períodos e o grau de satisfação sobre esse indicador (mesmo peso dos indicadores anteriores).

Trata-se do indicador com maior nota e com maior variação no período estudado. Ele saiu de 3,68 em 2007 (nível bom) para 4,67 em 2018 (nível excelente). Cerca de 67% dos entrevistados têm pelo menos um bem de cada grupo, estando os itens geladeira, televisão e fogão a gás presentes em todos os lares no ano de 2018. O número de pessoas com acesso a veículo próprio evoluiu de forma significativa, saindo de três agricultores com carro de passeio em 2007 para doze com moto e sete com carro de passeio. Mais de 85% dos agricultores estão satisfeitos nesse indicador.

Enfim, há uma evolução de 0,59 pontos no Índice de Qualidade de Vida entre os anos de 2007 e 2018 da população pesquisada, mas permanecendo na mesma faixa (3 - 4), indicado com uma qualidade de vida boa. Percebe-se que os indicadores que tiveram maior impacto nos dois períodos foram saúde, moradia e acesso a bens duráveis, enquanto que educação e condições sanitárias impactaram também de forma negativa nos dois períodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o perfil socioeconômico, encontramos uma população na sua grande maioria idosa, predominantemente do sexo masculino, e com um baixo grau de escolaridade, o que pode dificultar o acesso a novas tecnologias a serem implementadas em suas lavouras, impossibilitando margens maiores de lucro, o que poderia ser reinvestido na melhora das condições de vida. Esse entendimento pode ser ratificado quando se faz uma verificação dos equipamentos utilizados nas propriedades. Eles não agregam valor à atividade produtiva.

Um fator positivo que merece ser destacado no perfil das propriedades é que na sua maioria são

imóveis com até 20 hectares de posse do agricultor ou da família. Isso facilita a gestão do empreendimento pela própria unidade familiar e traz um sentimento de pertencimento para buscar manter as atividades agropecuárias. Nesse custeio da atividade, além da renda gerada no imóvel, pode-se afirmar que existe uma renda externa que auxilia na manutenção da propriedade e da família, a aposentadoria rural. Vale salientar que 79,41% dos agricultores são aposentados.

Anteriormente foi detalhado o IQV e as contribuições de cada indicador para a formação da nota final, resultando numa pequena melhora da qualidade de vida, porém em ambos períodos foi considerado como bom.

Conclui-se, então, que com base nas análises dos dados encontrados e com a visão do agricultor sobre o que levou a sua melhora na qualidade de vida nos últimos 11 anos, o PRONAF Floresta não foi fator determinante para esse resultado. Outras políticas públicas, como a aposentadoria do produtor rural é que vem trazendo melhores condições de sobrevivência para o homem do campo. Percebe-se assim que, para o grupo estudado, o PRONAF não está sendo suficientemente eficaz para atingir seu principal objetivo, e que devem ser realizadas mudanças na sua formatação para melhoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 mai. 2016. s. 1, p. 44, 45 e 46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php?conteudo=agente_comunitario_saude> Acesso em: 10 out. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Des. Agrário. **Perfil Territorial**. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_188_Vale%20do%20Jiquiri%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A1%20-%20BA.pdf>. Acesso: 10 abr. 2017.

FERNANDES, Aristóteles Viana et al. Metodologias Alternativas de determinação de qualidade de vida no meio rural: o caso da população da Reserva Extrativista do Rio Cajari AP. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 13, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53814/57777>> Acesso em: 14 abr. 2018.

FIGUEIRA JUNIOR, Aylton; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável mundial: perspectivas para a sobrevivência. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, ano III, n.07, jan/mar 2006. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/viewFile/451/304> Acesso em 10 out. 2018.

HIGA, Rosana Clara Victoria; MORA, Admir Lopes; HIGA, Antonio Rioyei. **Plantio de Eucalipto na Pequena Propriedade Rural**. Embrapa Florestas, Curitiba. 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/doc54_000fjvb9ypm02wyiv80sq98yq0mwtkuk.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. **Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ubaira/panorama>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MAGALHAES, Kelly Alves et al. A Habitação como Determinante Social da Saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.22, n.1, p.57-72, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/07.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MARIONI, Larissa da Silva *et al.* Uma Aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do PRONAF. 2016. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v. 5, n. 2, Brasília-DF, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540202>>. Acesso: 12 abr. 2017.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e Desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia-MG, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160306>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: Ed. UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999

MORONI, Márcia Maria Ferreira. **Qualidade de vida e perfil sócio-econômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D da mesorregião Centro Sul Cearense**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas), Fortaleza. 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PEQUENOS agricultores de Ubaíra aderem ao PRONAF Florestal. **A Tarde On Line**, Salvador, 20 out. 2007. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1274380-pequenos-agricultores-de-ubaira-aderem-ao-PRONAF-florestal>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do PRONAF sobre a Produção Agrícola Familiar dos Municípios Tocantinenses. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 139-156, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000100008>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarrisa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o PRONAF. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540204>>. Acesso: 10 abr. 2017.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. UFPE, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Revista Latinoamericana, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018>>. Acesso em: 10 out. 2018.